

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO
GABINETE DO VEREADOR

Dagberto
PT **Reis**

Exmo. Sr.
Antonio Zenoir Davila
Pres. da Câmara de Vereadores
Santana do Livramento – RS

MOÇÃO DE APOIO

Sant'Ana do Livramento, 13 de janeiro de 2026.

Moção de Apoio ao Projeto de Lei 2843/2024 que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre a proibição de acumulação dos cargos de motorista de transporte coletivo e cobrador.

O vereador Dagberto dos Reis, no uso de suas atribuições legais, vem conforme Regimento Interno desta Casa Legislativa, apresentar a presente **MOÇÃO DE APOIO** ao Projeto de Lei nº **2843/2024**, de autoria da deputada **Loreny (SOLIDARIEDADE-SP)** que tramita na Câmara dos Deputados, onde dispõe sobre a proibição de acumulação dos cargos de motorista de transporte coletivo e cobrador.

O transporte coletivo urbano exerce papel essencial na mobilidade da população brasileira, devendo ser prestado com **segurança, eficiência e respeito à dignidade dos trabalhadores e usuários.**

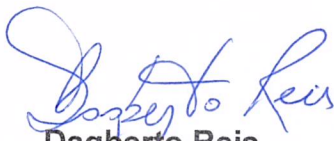
A acumulação das funções de **motorista e cobrador**, além de representar **sobrecarga de trabalho**, impõe ao condutor responsabilidades incompatíveis com a condução segura do veículo, aumentando significativamente os riscos de **acidentes de trânsito**, falhas operacionais e prejuízos à qualidade do serviço público.

É amplamente reconhecido que o motorista de transporte coletivo deve ter **atenção plena à condução do veículo**, ao fluxo viário e à segurança dos passageiros. A exigência simultânea de cobrança de passagens, manuseio de valores ou equipamentos eletrônicos compromete esse dever fundamental, afrontando princípios básicos da **segurança viária**, da **valorização do trabalho** e da **proteção à vida**.

Além disso, a separação das funções preserva **postos de trabalho**, contribui para melhores condições laborais e fortalece a prestação de um serviço público mais humano, seguro e eficiente.

Diante disso, esta Casa Legislativa reconhece o mérito, a relevância social e o interesse público do referido Projeto de Lei, entendendo que sua aprovação representa um avanço na legislação de trânsito e na política de mobilidade urbana do país.

Diante do exposto, após aprovação do Plenário, requer-se que seja encaminhada a presente moção à presidência **Câmara dos Deputados**, do **Senado Federal** e às Lideranças Partidárias do Congresso Nacional.


Dagberto Reis
Vereador (PT)



Câmara dos Deputados

PROJETO DE LEI Nº de 2024
(Da Sra. LORENY)

Apresentação: 10/07/2024 19:49:57 - MESA

PL n.2843/2024

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a proibição de acumulação de cargos de motorista de transporte coletivo e cobrador.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a proibição de acumulação de cargos de motorista de transporte coletivo e cobrador.

Art. 2º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 67-F. É vedado às pessoas jurídicas, públicas ou privadas, de transporte rodoviário coletivo de passageiros atribuir aos motoristas, cumulativamente, as funções de motorista e cobrador de passagens.” (NR)

.....

“Art. 306-A. Atribuir aos motoristas, cumulativamente, as funções de motorista e cobrador de passagens em veículos de transporte urbano coletivo remunerado de passageiros, especificados no art. 96, II, “a”, “8” e “9”.

Pena – Detenção de 6 (seis) meses e multa, para sócio de empresa que exigir ou permitir a prática especificada.” (NR)





Câmara dos Deputados

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei como objetivo proibir a acumulação de cargos de motorista de transporte coletivo e cobrador. O acúmulo dessas funções nos transportes públicos é uma prática que coloca em risco a segurança dos passageiros, motoristas e pedestres, além de submeter os trabalhadores a condições precárias e degradantes.

A principal função do motorista é conduzir o veículo com total atenção e responsabilidade, garantindo a segurança de todos. Ao acumular a função de cobrador, o motorista se vê obrigado a desviar sua atenção da direção para realizar outras tarefas, e a distração aumenta significativamente o risco de acidentes, colocando em perigo a vida de inúmeras pessoas. Segundo o próprio Tribunal Regional do Trabalho (TRT), *“a cobrança de passagens desvia a atenção do motorista de sua atividade principal, que é a condução do veículo, colocando em risco a segurança do trânsito e da coletividade”*¹.

A dupla função pode aumentar o tempo de reação do motorista em situações de emergência, dificultar a tomada de decisões rápidas e comprometer a capacidade de evitar colisões. Além disso, a sobrecarga de trabalho pode levar à fadiga e ao estresse, fatores que também contribuem para o aumento do risco de acidentes.

O acúmulo de funções também impõe aos motoristas uma carga de trabalho excessiva, e essa sobrecarga pode levar ao esgotamento físico e mental, comprometendo a saúde e o bem-estar dos trabalhadores. Além disso, muitas vezes esse acúmulo não é remunerado de forma justa, como se observa em decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ), que reconheceu o *“direito às diferenças salariais, por entender que o empregador, com o acúmulo das funções, economizaria os encargos correspondentes a um*

¹ GUIA TRABALHISTA. Disponível em <https://www.guiatrabalhista.com.br/noticias/motoristas-de-onibus-podem-acumular-funcao-de-cobrador.htm>. Acessado em 9/7/2024





Câmara dos Deputados

trabalhador regular e que o empregado estaria exercendo duas funções distintas”²

A proibição do acúmulo de funções não apenas aumentaria a segurança e melhoraria as condições de trabalho dos motoristas, mas também contribuiria para um transporte público mais eficiente e justo.

A proposta é uma medida necessária para garantir um transporte público mais seguro, eficiente e justo. É preciso colocar a segurança e a dignidade dos trabalhadores e passageiros como prioridade, investindo em um sistema de transporte que valorize a vida e o bem-estar de todos. A separação das funções de motorista e cobrador não é uma questão de cumprimento da lei, mas sim um imperativo ético e social.

Dada a exposição, pedimos aos pares o apoio para aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2024

**Deputada Federal Loreny
Solidariedade/SP**

²GUIA TRABALHISTA. Disponível em <https://www.guiatrabalhista.com.br/noticias/motoristas-de-onibus-podem-acumular-funcao-de-cobrador.htm> Acessado em 9/7/2024





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Infoleg - Autenticador

Projeto de Lei **(Da Sra. Loreny)**

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a proibição de acumulação de cargos de motorista de transporte coletivo e cobrador.

Assinaram eletronicamente o documento CD246413073000, nesta ordem:

- 1 Dep. Loreny (SOLIDARI/SP)
- 2 Dep. Aureo Ribeiro (SOLIDARI/RJ)
- 3 Dep. Luiz Carlos Motta (PL/SP)

Apresentação: 10/07/2024 19:49:57 - MESA

PL n. 2843/2024



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD246413073000>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Loreny e outros